

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Yvyrupa
LOCALIDADE	Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO / UF	Angra dos Reis. Cabo Frio, Niterói e Parati.

2. FOTOS

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros audiovisuais*.



Foto da aldeia Araponga, no município de Parati. Vista da *opy* e casa de moradia. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior, jul/ 09



Foto da aldeia Arandu Mirim, Saco do Mamanguá no município de Parati. Vista da *opy*. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior, jan/ 09



Vista da escola e posto de saúde na aldeia Itaxi, Parati-Mirim, no município de Parati. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior, jul/ 09



Vista da aldeia de Camboinhas no município de Niterói. Foto de Rafael Fernandes Mendes Júnior

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

Obs.: Para lista completa dos bens inventariados, consultar o *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

SÍNTESE

Nesta primeira etapa de levantamento preliminar do INRC, não foram realizadas atividades de pesquisa de campo, indispensáveis para o levantamento de referências culturais. Estas informações serão coletadas durante a aplicação do INRC. O papel das lideranças espirituais das aldeias situadas no RJ é notável entre os Guarani em geral, tanto pela experiência histórica de terem os mesmos vivido em diversas regiões de Yvyrupa, como pela sua participação ativa nos rituais e encontros em aldeias de outras regiões.

4. DESCRIÇÃO

Obs.: Para lista completa dos documentos escritos inventariados, consultar o *Anexo 1: Bibliografia*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Atualmente, a maioria das áreas ocupadas pelos Guarani no estado do Rio de Janeiro encontram-se localizadas na faixa litorânea do estado. Na tabela abaixo é possível visualizar as Terras Indígenas Guarani no Estado do Rio de Janeiro e a situação fundiária das mesmas.

Terra Indígena	Outras Dominações para a TI	Presença Guarani atual	Município(s)	UF(s)	Litoral	Grupo(s) Étnicos	Sub-Grupo Guarani	Situação Fundiária	Área (há)
TI Guarani Araponga		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	213.2033
TI Guarani do Bracuí	Sapukai, Xapukai	SIM	Angra dos Reis	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Homologada (e Regularizada)	2127.8664
TI Parati Mirim		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Regularizada (Em Revisão)	79.1997
TI Rio Pequeno		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Kaiova	Em estudo	
TI Parati Mirim		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Guarani Araponga		SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Em estudo	
TI Arandu Mirim	Saco do Mamanguá	SIM	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Camboinhas	Mboyty, Itarypu	SIM	Niterói	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Campos Novos		NÃO	Cabo Frio	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Ilha Grande	Yypau Guaxu	NÃO	Angra dos Reis	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	
TI Graúna		NÃO	Parati	RJ	SIM	Guarani	Mbya	Sem Providências	

Levantamento das TIs Guarani -Mapa Yvyrupa -O Território Guarani -Data da atualização: 18/10/1010 -Centro de Trabalho Indigenista

Fontes: Representantes Guarani e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) – Centro de Trabalho Indigenista – Rodrigo Venzon – Maria Dorothea Post Darella – Maria Lúcia Brant de Carvalho – Paulo Porto – Celeste Ciccarone

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

As Terras Indígenas do sul fluminense estão localizadas dentro do bioma Mata Atlântica.

A T.I. Parati-Mirim faz fronteira com a Área de Proteção Ambiental do Carvão. Uma pequena floresta recobre a encosta denominada Cerro Grande e estende-se até a região de Bracuí. O terreno é irregular, arenoso e pedregoso, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.

A T.I. Araponga possui uma área demarcada de aproximadamente 213 ha, que se sobrepõe à Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e ao Parque Nacional da Serra da Bocaina. Uma região de floresta recobre uma extensa área da Terra Indígena. O terreno é irregular, arenoso e pedregoso, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.

A T.I. Bracuí possui uma área demarcada de aproximadamente 2127 ha, que possui como limites o Parque Nacional da Serra da Bocaina e Estação Ecológica do Bananal. Uma região de floresta recobre uma extensa área da Terra Indígena.

A aldeia Arandu Mirim possui seus limites inseridos na Reserva Ecológica da Joatinga. Uma região de floresta recobre boa parte da área. A formação do terreno é plana e arenosa, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.

A aldeia Rio Pequeno possui uma área, que faz limites com o Parque Nacional da Serra da Bocaina. O terreno é irregular, arenoso e pedregoso, mas apresenta condições para plantio e para o manejo de espécies nativas.

Deste ecossistema, os Guarani retiram muito do que necessitam para sua produção e reprodução física e cultural. A caça, praticada em pequena escala, dadas as condições ecológicas, ocupa lugar privilegiado na organização social e cosmologia dos Mbya. Da mata retiram também diversos tipos de plantas que possuem propriedades medicinais, os remédios do mato (*poã ka'aguy're*). Para confecção de artesanato, extraem da mata: cipó imbé (*vembepi*) para elaboração de motivos gráficos; embira vermelha e branca, de cuja entrecasca tecem cordas; a taquara utilizada na cestaria; da espinheira santa (*nhandyta*) fazem aros de cestos e arcos e flechas; da embaúba utilizam os troncos para a confecção de pau-de-chuva; da palmeira utilizam as palhas para a fazer cobertura de casas, os troncos para fazer as paredes e do cerne de palmeira fazem arcos para artesanato; sementes para confecção de colares são também colhidas nas proximidades da mata.

A aldeia Itarypu (Camboinhas) está localizada sobre uma faixa de areia, à beira do oceano, e nas proximidades do Parque Estadual da Serra da Tiririca, dentro da cidade de Niterói.

Os moradores desta aldeia participam intensamente das redes de relações e intercâmbios com as demais Terras Indígenas Guarani, principalmente do sul fluminense, de onde conseguem boa parte da matéria prima necessária à confecção de artesanato e outros recursos naturais, quando estes não estão disponíveis no ecossistema próximo.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Para os efeitos deste levantamento preliminar, foram considerados Marcos Edificados as construções feitas pelos próprios Guarani, como é o caso das suas habitações e casas de rezas, assim como obras resultantes de intervenções do Poder Público e de outros agentes, como escolas e postos de saúde. Cabe notar, que a permanência desses tipos de edificações localizadas nas aldeias está sujeita a configurações e dinâmicas próprias das comunidades, podendo apresentar modificações consideráveis a médio prazo. Nesta etapa de levantamento preliminar, não foi possível realizar uma relação completa destas construções nas Terras Indígenas localizadas no Rio Grande do Sul, pois o mesmo exigirá pesquisa de campo prevista para a próxima etapa. Para maiores informações sobre este item, consulte a ficha de sítio.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

Obs.: Para lista completa das fontes inventariadas, consultar o **Anexo 1: Bibliografia**.

5.1. RESUMO

Segue abaixo breve histórico da ocupação guarani nas regiões onde estão situadas as atuais Terras Indígenas Guarani localizadas no estado do Rio de Janeiro, tendo por foco a história recente das famílias que nelas se encontram. Este recorte não desconsidera uma longa história de vivência nestes locais, em que diferentes famílias se sucedem na formação dos seus *tekoa* no ambiente e nas condições reveladas por Nhanderu. No relatório de identificação e delimitação destas Terras Indígenas, Ladeira (1993) descreve que cada família, ao constituir um novo *tekoa* num lugar cuja ocupação é sucessiva, imemorial e possivelmente contínua ou descontínua, conta a história desse *tekoa* a partir da entrada do seu grupo local. Isto é condizente com as formas de territorialidade e temporalidade guarani, que não se formam nem se expressam em termos lineares. A narrativa contada por Davi da Silva e transcrita no relatório citado descreve a experiência dos antepassados na caminhada do começo do mundo e pela beira do oceano, onde fundaram os lugares hoje habitados pelos Guarani. Reproduzimos alguns trechos dessa narrativa, no que diz respeito à região do sul fluminense.

"Quando Nhanderu Tenonde (nosso Pai primeiro) construiu esse mundo, ele disse:

Esse mundo não durará muito tempo. Meus filhos que vão estar no mundo vão ter que se separar, o mundo é muito grande. Por isso vão se separar em, mais ou menos, três famílias, e deverão caminhar (*oguata*¹)

Das pedras onde eles estavam (**Itanhaém**), eles saíram de novo e continuaram seguindo à beira do oceano. Então, eles chegaram no lugar que agora que hoje é chamado pelos brancos de Santos. Eles não pararam por lá, passaram (alguns lugares eles só paravam para descansar). Onde eles foram parar mesmo, chamaram o lugar de **Para**² (Parati), e mais para dentro do mato chamaram **Para Miri**³ (Parati Mirim). Nesse lugar verdadeiro existem as criações de Nhanderu. (*Nhanderu mymbai*).

Aqueles que saíram de Para Miri (Parati Mirim) seguiram para frente e chegaram em **Tangara** (Angra dos Reis). Nesse lugar, **Tangara Amba**, existiam muitos desses passarinhos. Então, quando *Ijaguyje* ("aqueles que estavam em plenitude") chegaram nesse lugar, conheceram mais um lugar para seus filhos caçulas (**Itatinga**⁴). E os mais velhos atravessaram o oceano. E os que ficavam, sempre tinham *yvyraija* (líder espiritual que dirige o grupo, "o dono da varinha") que ordenava a caminhada pela beira do oceano. Deixaram Tangara, que vai ser chamada Pelos brancos de Angra dos Reis. Então, depois de muito tempo ali, seguiram o seu caminho e foram até o lugar chamado **Yvy Apy**⁵ (extremidade do mundo), **Ara kruxu** – (Aracruz, ES), onde pararam. Desse lugar, não puderam mais prosseguir. De lá, só seguiram aqueles que atravessaram o oceano(*yy ee*) e atingiram *yvyjuporã*. Os que ficaram guardaram o lugar para nós, seus filhos caçulas."

As Terras Indígenas localizadas nesta região, demarcadas ou não, foram importantes pontos de morada e passagem do grupo que, sob liderança de Maria Tataxĩ, atravessou toda a região sul e sudeste do Brasil, assim como as regiões de fronteira do Paraguai, Argentina e Uruguai, até alcançar as atuais Terras Indígenas localizadas no Espírito Santo. Depoimentos de Maria Tataxĩ, da sua filha Aurora e dos seus netos contam que encontraram, nestes lugares, marcas (*tava mirim*) deixadas pelos antigos Guarani, que já haviam morado nesta região muito antes da passagem da sua família pelo litoral fluminense. Ou seja, nestas Terras Indígenas, ainda estão as *Tava Mirim*, inconfundíveis na memória e territorialidade das famílias guarani que atualizam a vivência neste território. Para maiores informações sobre a experiência do grupo liderado por Maria Tataxĩ, consulte a ficha de localidade do Espírito Santo.

Parati-Mirim

Provenientes de um movimento migratório que se originou no oeste do Paraná, seu Miguel Karai Tataxĩ Benite chegou com sua família ao sul fluminense em princípios da década de 1990, instalando-se primeiro na aldeia Sapukai em Angra dos Reis, mais tarde em Araponga e, por fim, reocupando a área de Parati Mirim, que, após um processo conflituoso de demarcação e saída dos posseiros, foi homologada em 5 de janeiro de 1996.

Atualmente, esta Terra Indígena é ocupada pela família extensa e agregados de Miguel Karai Tataxĩ Benite, um senhor com mais de noventa anos de idade, que é um dos protagonistas de uma história que começou a se desenrolar desde meados dos anos oitenta, quando deixou a aldeia Pinhal, na T.I. Rio das Cobras, próximo ao município de Nova Laranjeiras no Paraná, e acompanhado pela esposa, filhos e filhas, solteiros e casados, netos, sogra e cunhados, chegou à região do Itariri, próximo ao litoral sul de São Paulo.

Suas narrativas são entrecortadas de memórias de sua juventude, em que descreve suas andanças pelas regiões de Foz do

Iguaçu, Nordeste da Argentina e Leste do Paraguai, ambas banhadas pelos rios Paraná e Iguaçu. Suas caminhadas (-guata) são tratadas como sofrimentos: “*eu vou contar o meu sacrifício, que eu passei na estrada, quando eu era rapaz, eu andei muito né, caminhando assim longe, na Argentina, Paraguai, caminhando, sofrendo.*” Seu Miguel fala de uma época em que *jurua* (pessoas não indígenas) “*quase não existiam*”, eram bem poucos, e que se podia andar à vontade pelo “*sertão velho e fechado*”; dos perigos e temores de se encontrar com onças, essas sim “*existiam em grande quantidade.*” Em Porto Britenha, no Paraná, onde chegou ainda jovem, conseguiu um trabalho num vapor. Lá conheceu sua esposa Mariângela Jaxuka e, também de lá, algum tempo mais tarde seguiram acompanhados pelos seus sogros, para o Rio das Cobras, onde viveu por mais de vinte e cinco anos.

Saiu do Rio das Cobras e, após uma caminhada de cerca de quarenta e cinco dias, chegou à região do Itariri. Por cerca de dois anos viveu com sua parentela neste local, onde chegou a plantar uma roça de arroz. Nessa aldeia, nasceu um de seus netos, Ramon Karai, hoje com mais de vinte anos. Ainda nesse mesmo local, um de seus filhos casou-se com Ana Kerexu, que partira da região de Marabá no estado do Pará, acompanhada por um tio e duas filhas. Ana conheceu a família de Miguel em São Paulo, numa feira onde vendiam palmito e, a convite deles, foi morar com seus parentes em Itariri.

Enquanto morava em Itariri, Miguel recebeu um sonho, no qual Nhanderu (nosso pai) lhe dissera para que seguisse até uma “terra boa”. Foi então que ele seguiu para o Espírito Santo, onde nasceu Adilson Tupã, outro neto, hoje com mais de vinte anos. Nestas cercanias, após certa insatisfação com a dificuldade para plantar, “sua avó”, Maria Tataxī, teria lhe falado da área de Parati-Mirim, terra de onde ela partira há muitos anos em direção ao Espírito Santo.

Novamente, após reunir sua família, Miguel chegou à aldeia Sapukai, em Angra dos Reis no princípio dos anos noventa. Aí nasceu sua neta Elizabete Jera, hoje com dezoito anos. A permanência nessa aldeia não se prolongaria, estava apenas de passagem e não chegou sequer a fazer roça. Após pouco mais de um ano conduziu sua família até Araponga, a vinte e cinco quilômetros de Parati, e de onde aguardaria a finalização do processo de desocupação da área de Parati-Mirim que estava tomada por posseiros.

Após longa espera, seu Miguel conduziria sua família até Parati-Mirim, reconhecendo aí a terra abençoada que Nhanderu, ainda no Itariri, lhe anunciou em sonho. Seu Miguel atribuiu à aldeia o nome Tekoa Porã Marãey, enfatizando que este era um lugar onde poderiam viver em plenitude.

Segundo informação de Pedro Miri Benite, filho de seu Miguel, que juntamente com seu pai chegou a Parati-Mirim em 1994, cinco famílias teriam ocupado a área nesse primeiro momento: seu Miguel, o líder da família extensa; dois filhos e duas filhas casados e com suas próprias famílias; totalizavam vinte e uma pessoas. Num segundo momento, chegaram outros filhos e filhas de seu Miguel, que até então estavam em outras Terras Indígenas. Com o passar do tempo, todos se tornariam atratores de novos parentes ou cônjuges, que contribuiriam para a expansão e a multiplicação, não apenas demográfica desta aldeia, como também para sua rede de relações com outras Terras Indígenas. Atualmente cerca de trinta famílias vivem nesta aldeia, com cerca de 110 pessoas.

Esta Terra Indígena foi demarcada e homologada em 1996 e atualmente passa por novo processo de identificação e delimitação, sendo que o relatório já foi concluído e encaminhado à FUNAI.

Araponga

A história de Augustinho Karai Miri Oka da Silva, que conta atualmente cerca de oitenta e oito anos, apresenta certas aproximações com a história de Seu Miguel, cacique da aldeia de Parati-Mirim. Da aldeia Palmeirinha partiu, quando ainda rapaz, dizendo que queria arranjar uma esposa. Andou pelas regiões de Foz do Iguaçu, Paraguai e Argentina, onde teria se casado com sua esposa, Marciana Yva.

Durante muito tempo, viveu junto com a família de sua esposa em diversos locais no sul do Brasil. A filha mais velha do casal nasceu na Argentina; o segundo filho, Rodrigo, nasceu em Guarita, RS, uma terra compartilhada por índios Kaingang e Guarani Mbya; dois outros filhos, Níria, com trinta e sete, e Nírio, com trinta e seis anos, nasceram em Cacique Doble, outra T.I. ocupada predominantemente por índios Kaingang. O filho mais novo, Nino Vera Xunü, que hoje conta seus vinte e oito anos, nasceu em Palmeirinha, uma aldeia Mbya localizada dentro da T.I. Mangueirinha, também ocupada por pessoas Mbya e Kaingang.

A morte do pai de Augustinho teria feito com que ele retornasse a Palmeirinha, onde permaneceu por um tempo e de lá sairia novamente para Ibirama, SC, uma terra, que era ocupada por Xoklen, Kaingang e Mbya.

Augustinho conta que um chefe de posto da FUNAI lhe sugeriu ir para os estados de São Paulo ou Rio de Janeiro – onde haveria ainda muito mato – e em tais locais poderia viver bem com sua família. Reuniu sua família e seguiu para Ubatuba, onde encontrou o cacique Altino na aldeia de Boa Vista, velho conhecido da aldeia Palmeirinha. Ficou alguns anos neste sítio e mais tarde, quando soube que havia um parente seu em Bracuí, seguiu para lá.

Após viver um tempo nesta aldeia, onde tinha laços de parentesco com o cacique desta aldeia, João da Silva, Augustinho reuniu sua família novamente e seguiu para Araponga, onde, fazia pouco tempo que chegara a família de Miguel, aguardando a finalização do processo de desocupação de Parati-Mirim. Na época, a aldeia de Araponga era também ocupada pela família do então cacique Alcides.

A saída de Araponga da família de Miguel e a morte de Alcides, quando em visita ao estado de São Paulo – que resultou também na partida de sua família – são eventos muito próximos. Nessa mesma época, estava em andamento o processo

de demarcação das duas áreas: Parati-Mirim e Araponga⁶. Augustinho foi então indicado para cacique e a escolha foi ratificada por outros caciques da região.

Esta Terra Indígena foi demarcada e homologada em 1995 e atualmente passa por novo processo de identificação e delimitação, sendo que o relatório já foi concluído e encaminhado à FUNAI.

Sapukai

Também denominada Bracuí, por conta da sua localização no Sertão do Bracuí, no município de Angra dos Reis. A família que antecedeu o grupo do atual cacique João da Silva, se referia à aldeia como Itaxi (Pedra Branca), identificada pelos não indígenas, através da palavra tupi, Itatinga.

Segundo o relatório de identificação das Terras Indígenas fluminenses, redigido em 1993, esta região foi sucessivamente ocupada por famílias guarani, inclusive, pelo grupo liderado por Maria Tataxi, que chegou ao local no fim da d, reconhecendo ali, também por conta da presença dos *tava mirim* encontrados nesta área, a presença anterior de seus antepassados.

Em depoimento do Cacique João da Silva Vera Mirim, gravado em 1992 e reproduzido no relatório citado, ele conta como os não indígenas se apropriaram desses “lugares sagrados”. *"Antigamente nas praias existia muito tava. Desde Paranaguá (PR). Nossos avós trabalhavam aqui, no Ariró tem. Hoje o jurua (não indígena) consertou um pouco e chamam de ruínas. Foram feitas pelos índios"*(sn, 1993).

No período que se estende da partida do grupo de Maria Tataxi, até a chegada de João da Silva Vera Mirim nesta Terra Indígena, outras famílias guarani viveram neste mesmo local, inclusive famílias lideradas pelo antigo cacique de Araponga, Alcides e, antes dele, seu cunhado, Argemiro.

Num depoimento do então cacique da Aldeia de Araponga, Alcides Vera, gravado por Marisa Ricardo e transcrito no relatório de identificação, *"os que chegaram aqui no Sertão do Bracuí, primeiro se alojaram nas margens de Parati Mirim, em seguida, abriram suas picadas no seio da mata do sertão e permaneceram algum tempo isolados até a abertura da estrada Rio - Santos. Ali começaram a manter contato com os brancos devido à curiosidade destes, e começaram a aparecer para a venda de seus artesanatos"* (sn, 1993).

Reportagens desta época, publicadas em jornais de grande circulação, exploram esta “curiosidade”, descrevendo, com largas doses de exotismo, o cotidiano dos Guarani no Bracuí e seu contato com os não indígenas da região.

Em 1987, João da Silva Vera Mirim chega à região do Bracuí, vindo do Rio Grande do Sul, com sua família. Ele reúne em torno de si um extenso grupo de parentes e afins, constituindo um dos *tekoa* mais populosos do litoral brasileiro e potencializando as possibilidades de relações e intercâmbios com diversas aldeias localizadas em outras regiões do amplo território reconhecido pelos Guarani como Yvyrupa.

Esta Terra Indígena foi demarcada e homologada em 1995.

Aldeia Arandu Mirim

Relatos de Jonas e Marilda, netos de Maria Tataxi, que atualmente vivem em aldeias no Espírito Santo, recordam a vivência da sua família na região do Saco do Mamanguá no final da década de 1950, onde se encontra a aldeia Arandu Mirim. Segundo os Guarani, esta área, contígua com a Aldeia de Parati-Mirim, adentrando pelo mato e também acessível por mar, foi uma das áreas escolhidas pelos antepassados divinos para sua morada, onde eles construíram seus *tava mirim*, cujas marcas permanecem até hoje. Numa conversa entre Roque Benites, atual cacique da aldeia Arandu Mirim, e Jonas, líder religioso da aldeia Boa Esperança (ES), registrada e traduzida por Aparício da Silva e Adriana Queiroz Testa (2008), Roque pede para o xeramoí (líder religioso) contar sobre os *tava mirim* localizados na Aldeia Arandu Mirim, e ele explica que seus antepassados construíram uma *opy* (casa de rezas) naquele local, onde faziam suas rezas todo dia e toda noite. Havia até uma família não indígena na região, que costumava visitá-los e, à noite, ouvia seus cantos se difundindo pela mata. Uma noite, após muita concentração, ouviu-se uma trovada muito forte e um raio iluminou todo o céu. No dia seguinte, tudo que havia sobrado eram as marcas da *opy*, pois a família havia alcançado *yvy marãey*. Os vizinhos não indígenas foram ao local e, quando viram o que tinha acontecido, ficaram muito assustados e se mudaram de lá, instalando-se numa área próxima à cidade.

É interessante notar que além de relatar uma ocupação histórica que extrapola uma temporalidade linear, aproximando antepassados míticos e o contato com não indígenas, esta narrativa também enfatiza a idéia de que os “lugares sagrados” nas matas foram revelados pelos Deuses para que os Guarani neles vivessem, usufruindo e recriando as condições necessárias para viverem bem nesta terra e também se dedicarem à superá-la, alcançando a condição de *aguyje ete* (plenitude) e *yvy marãey* (muitas vezes traduzida como Terra sem Males, também entendida com uma terra de plenitude infinita). É por este motivo que na narrativa os vizinhos não indígenas, assustados pelo que havia acontecido, deixam a mata e se aproximam da cidade. E esta mesma mata seria, desde então, reocupada por outras famílias guarani, apesar da pressão exercida pela especulação imobiliária e turística, por posseiros e órgãos ambientalistas, que agem de modo diferente dos não indígenas míticos.

Moram atualmente na aldeia Arandu Mirim quatro famílias, lideradas por Roque, filho do cacique de Parati-Mirim. Devido à proximidade dessas aldeias e às relações de parentesco, existe um intercâmbio constante e intenso entre elas,

principalmente, no que diz respeito à coleta de matéria prima e manejo dos recursos naturais presentes na aldeia Arandu Mirim. É também uma área onde tem sido possível cultivar *avaxi ete* (o milho tradicional guarani) em quantidade suficiente para distribuir as sementes com outras aldeias do litoral.

A Terra Indígena Arandu Mirim não está regularizada. O Grupo Técnico constituído para realização de estudo de Identificação e Delimitação em março de 2008, indicou a necessidade de realização de estudos complementares para a finalização do relatório.

Jahape

A Aldeia Jahape, também chamada de Rio Pequeno, nome do lugar onde está localizada, foi um dos locais percorridos pelo grupo liderado por Maria Tataxi em meados das décadas de 1950-60. Posteriormente, a família de Argemiro da Silva, que teria sido cacique da Aldeia Sapukai, viveu nesta aldeia. Olga e Aparício, filhos de Argemiro, que atualmente moram em aldeias no litoral norte paulista, contam que os antigos Guarani viveram neste lugar e construíram uma *tava mirim* ali.

Apesar de ser um lugar importante no território guarani e ter sido habitado sucessiva, porém descontinuamente, por famílias guarani, esta Terra Indígena ainda não está regularizada e é crescente a expansão de sítios e empreendimentos no seu entorno. No entanto, em fevereiro de 2008, foi publicada a Portaria nº113, instituindo um Grupo Técnico para realização de estudos de identificação e delimitação, e o relatório produzido por este grupo está em fase de conclusão.

A história de seu Demércio, cacique da aldeia de Rio Pequeno, possui semelhanças com as histórias dos caciques de Araponga e Parati-Mirim. Trata-se de um homem que à frente de uma família Guarani Kaiova deixa a região onde habitava, no sul do Mato Grosso do Sul, nas proximidades da cidade de Iguatemi e chega ao litoral sudeste do Brasil. Sua experiência de trabalho e deslocamento coincide com a expansão da indústria de Erva Mate no Mato Grosso do Sul e Paraná, que além de se instalar em Terras Indígenas, com anuência do Estado brasileiro, fez dos moradores guarani destes locais, sua principal fonte de mão de obra. Devido à impossibilidade de permanecer nas suas aldeias, que passavam por processo acelerado de invasão e desmatamento, a família de Demércio se deslocou até as aldeias do Espírito Santo, onde viveu com o grupo de Maria Tataxi e do Miguel Karaí Tataxi, atual cacique da Aldeia Parati-Mirim. É interessante notar que, embora a família de Demércio tenha acompanhado a família de Miguel até as aldeias do litoral sul fluminense, outros parentes seus continuaram no Espírito Santo e atraem outros parentes e agregados, formando uma rede que se estende do Mato Grosso do Sul ao litoral capixaba.

A família de Demércio viveu algum tempo, num povoado chamado Pedras Azuis, entre Parati-Mirim e um quilombo chamado Quilombo do Campinho. Pouco tempo depois, foi viver na aldeia de Parati-Mirim, localidade onde vivera por cerca de um ano. Mais tarde, o grupo se estabeleceu na Terra Indígena Jahape, que ainda está em fase de regularização.

Itarypu (Camboinhas)

A história de Camboinhas, assim como de muitas aldeias Guarani Mbya, se conjuga com a história de um casal que, à frente de um grupo de parentes, busca conduzir sua parentela até um local bom para se viver. A história de Lídia Para Poty e Pedro Nunes, seu marido, é mais uma variação das epopéias Mbya. Pedro, o marido de Lídia, um senhor que conta hoje seus setenta e nove anos, nasceu no município de Timbaúva, no Rio Grande do Sul. Lídia de setenta e oito anos, nasceu em Taquara, na Terra Indígena Rio das Cobras, Município de Nova Laranjeiras no Paraná. Ela morou em Combite e Guyra' i, próximo ao Rio Xapari na Argentina. Casaram-se no Rio Grande do Sul e viveram durante muito tempo em algumas aldeias naquele estado. A filha mais velha do casal, Iraci, nasceu em Guarita; mais tarde se mudariam para Ibirama, em Santa Catarina, onde nasceria Iracema Kerexu, hoje com cerca de trinta e cinco anos; de volta ao Rio Grande do Sul, foram para Guarita, outra Terra Indígena próxima ao município de Tenente Portela. Neste local, nasceu Darci Tupã que conta hoje seus trinta anos. Alguns anos mais tarde, este casal se mudaria novamente para a região de Ibirama, onde nasceram seus filhos, Isaias, hoje com vinte e sete anos e Zenico, hoje com vinte e dois anos. De Santa Catarina, partiram no começo dos anos noventa para a região de Parati, no sul do estado do Rio de Janeiro. Pedro conseguiu um trabalho como caseiro, numa fazenda próxima à subida do morro da Forquilha. Chegaram a essa região pouco antes da chegada das famílias de seu Miguel e de Augustinho. Nesse local nasceram ainda os filhos Amarildo, hoje com vinte um anos, Juliana, hoje com dezoito anos e a caçula, Márcia, hoje com quinze anos. À época de sua chegada naquela região, a aldeia de Araponga era ocupada pela família de Alcides, que viria a falecer alguns anos mais tarde no estado de São Paulo. Dois netos deste casal nasceram nessa localidade, Luciana e Luciano, ambos com dezoito e dezessete anos. Após o casamento de uma das filhas de Lídia, Iracema, com Joaquim, filho de seu Miguel, toda a família foi viver na aldeia de Parati-Mirim. Permaneceram nessa cercania por cerca de doze anos.

Com o crescimento de seu grupo doméstico, e a liderança embrionária deste casal, que então reunia uma vasta rede de noras e genros, tornou-se latente a necessidade de buscar por um local onde pudessem construir um novo *tekoa* (aldeia). Desta forma, em fins de março de 2008, esse extenso grupo doméstico chegou à região de Camboinhas, instalando-se aí. A chegada a Camboinhas deu início a um conflito com alguns moradores da região e agentes de especulação imobiliária. Em junho de 2008, houve um incêndio, aparentemente criminoso, que destruiu todas as casas, ferindo algumas pessoas. As pessoas contaram com apoio da população de Niterói para reconstrução de suas casas. Atualmente vivem nessa aldeia cerca de quarenta pessoas que aguardam o desdobramento do processo de identificação da aldeia.

Notas:

1 - Refere-se aos Nhanderykei que viveram neste mundo.

2 - Para: “encontro com o mar” (segundo a tradução de Davi).

3 - Para Miri: “encontro com pequeno mar” (segundo tradução de Davi. Para Guaxu = se refere ao mar. Yy ee também se refere ao mar como água salgada).

3 - Aldeia de Itatinga - Bracuí - Angra dos Reis, RJ (Tangara).

4 - Yvy Apy: fim do mundo, extremidade do mundo. Refere-se à Aldeia Boa Esperança, no município de Aracruz (ES). Ara cruxu: "cruz no meio do dia", segundo a tradução de Davi.

5 - Os processos de demarcação dessas áreas foram encaminhados pelo Grupo Técnico instituído pela portaria nº 1669/92 e formado por Maria Inês Ladeira, antropóloga - CTI; Maria Ignez Maricondi, arquiteta /cartógrafa - CTI; Anésio Coelho de Souza, engenheiro agrônomo – FUNAI; Flávio Luiz Corne, engenheiro agrimensor - FUNAI; Antônio Gonzalez Lopes, engenheiro agrônomo – INCRA; Silvia Quito, engenheira agrônoma – INCRA.

Bibliografia Citada

LADEIRA, Maria Inês (Coord.). RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO: ÁREAS INDÍGENAS GUARANI ARAPONGA, PARATI-MIRIM, BRACUÍ (RJ) E AGUAPEÚ (SP). Brasília: FUNAI, 1993.

5.2. CRONOLOGIA

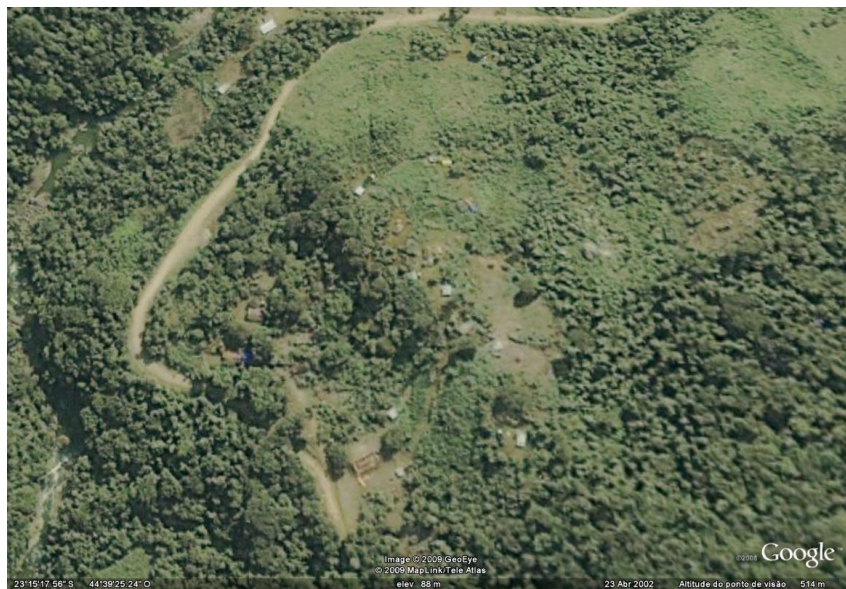
Data	EVENTO
Década de 1950	O grupo liderado por Maria Tataxi, reconhecendo na região o lugar revelado por Nhanderu e anteriormente ocupado por seus antigos antepassados, se estabelece em Parati Mirim e percorre toda a região que engloba as matas próximas a Parati Mirim, se estendendo pelo Saco do Mamanguá e o Sertão do Bracuí. Quando este grupo se desloca em direção ao Espírito Santo, outras famílias que se juntaram ao grupo permanecem na região e são acompanhadas por outros parentes e agregados vindos de outras regiões.
1960	Roberto Silveira, governador do Estado do Rio de Janeiro assina o Decreto nº 6.897 de 13/01/1960, reconhecendo aos índios o direito ao território entre as fazendas Parati Mirim e Independência, onde se localiza a atual Aldeia de Parati-Mirim.
1964	Padre Antonio Costa Carvalho, executor do “Plano de Aproveitamento de Terras Devolutas do Estado e Próprias do Estado”, entrega carta para os Guarani, reafirmando seu direito às terras referidas no Decreto nº 6.897. Este documento é referendado pelos militares que chefiavam o poder público no Rio de Janeiro.
Anos 70	- Construção da Rodovia BR 101 (Rio Santos) - Instalação das Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2
Anos 80	-Partida da família de Augustinho do Rio Grande do Sul

	Chegada à Ibirama SC, Partida de Ibirama, SC, - Partida da família de João Silva do Rio Grande do Sul, chegada a Ibirama e mais tarde Paranaguá, de onde partem em direção ao Rio de Janeiro.
1986 + ou -	Partida da Família de Miguel do Rio das Cobras (Nova Laranjeiras, PR) em direção a Palmeirinha, T.I. Mangueirinha. Chegada à aldeia Sapukai, da família de Seu João Silva, Angra dos Reis, RJ
1987	Partida da família de Miguel da T.I. Mangueirinha (Chopinzinho, PR) em direção ao Itariri, SP. O grupo de João da Silva Vera Mirim chega a Bracuí, Terra Indígena que já fora ocupada sucessivamente por outras famílias guarani, com as quais ele tinha parentesco, desde meados da década de 1950.
1988	Chegada da família de Miguel ao Itariri, SP
1990	- Partida da família de Miguel do Itariri/ Chegada ao Espírito Santo; - Partida da família de Augustinho de Ibirama, Santa Catarina; - Chegada da família de Augustinho à aldeia Boa Vista Ubatuba SP; - Partida da família de Demércio de Iguatemi, MS, em direção ao Espírito Santo;
1991	Chegada da família de Lídia ao morro da Forquilha, Patrimônio, Parati, RJ.
1992	- Chegada da família de Miguel a Sapukai/ Bracuí Angra dos Reis RJ; - Chegada da família de Augustinho a Sapukai, Angra dos Reis, RJ;
1993	- Chegada da família de Miguel a Araponga – Parati RJ - Chegada da família de Augustinho a Araponga;
1994	Chegada da família de Miguel a Parati-Mirim, Parati RJ
03 Julho 95	Homologação da demarcação da terra indígena Araponga
5 Janeiro 96	Homologação da demarcação da terra indígena Parati Mirim
1997	Chegada da família de Lídia a Parati-Mirim, Parati, RJ.
Final dos 90	Chegada da família de Demércio à região de Pedras Azuis, Parati, RJ
2000 + ou -	Mudança da família de Demércio para Parati-Mirim, Parati, RJ
2002 + ou -	Mudança da família de Demércio para Rio Pequeno, Parati, RJ
2004	Chegada de Roque e sua parentela ao Saco do Mamanguá
2008	- Constituição de GT para identificação das Terras Indígenas Arandu Mirim, Parati Mirim e Araponga, Portaria nº 184/FUNAI 05/03/08; - Constituição de GT para identificação da Terra Indígena Rio Pequeno, Portaria nº 113/FUNAI 01/02/2008.
2008	- março/ Partida da família de Lídia de Parati-Mirim e Chegada a Camboinhas, Niterói, RJ.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



Vista do Saco de Mamanguá e Parati-Mirim, em Parai, RJ. Imagem capturada de Google Earth, em 13/ 12/ 2009.



Vista da aldeia Itaxi – Terra Indígena Parati-Mirim, em Parati, RJ. Imagem capturada de Google Earth, em 13/ 12/ 2009.



VISTA DA ALDEIA ITARYPU EM CAMBOINHAS, NITERÓI, RJ. IMAGEM CAPTURADA DE GOOGLE EARTH, EM 13/ 12/ 2009.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO

- Constituição Estadual do Rio de Janeiro, Da Educação, Seção I, artigos 306 a 321;

Art. 317 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino de 1º e 2º graus, em complementação regional àqueles a serem fixados pela * Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e latino-americanos.

§ 1º - Às comunidades indígenas serão também assegurados a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 2º - Os programas a serem elaborados observarão, obrigatoriamente, as especificidades regionais.

- Constituição Estadual do Rio de Janeiro, Seção II, artigos 322 a 324;

Art. 322 - O Estado do Rio de Janeiro destinará, anualmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ, 2% (dois por cento) da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.

VII - proteção das expressões culturais, incluindo as indígenas, afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo cultural, bem como o artesanato;

- Lei nº 3346, de 30/ 12/ 99, autoriza o poder executivo a criar o Banco de Dados Ambientais (BDA);

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Banco de Dados Ambientais – BDA, que constituirá um conjunto de informações sistematizadas, e será organizado e gerenciado pelos órgãos competentes do próprio Poder Executivo.

Art. 2º - No BDA deverão constar, entre outros temas e itens:

VII - Registro Estadual de Espaços Protegidos, contemplando:

b - reservas indígenas.

- Lei nº 4528, de 29/ 03/ 05, estabelece as diretrizes para organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Nessa fase preliminar, priorizamos o apontamento de problemas e possibilidades que tem maior relevância para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na “ficha de sítio”.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Nessa fase preliminar, priorizamos o apontamento de recomendações para uma boa condução da fase de aplicação do INRC nas aldeias. Essas questões foram abordadas na “ficha de sítio”.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

Obs.: Ver *Anexo 1: Bibliografia*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

Pesquisador(es)	Rafael Fernandes Mendes Júnior, Tainá Mié e Yanci Ladeira Maria		
Supervisor	Adriana Queiroz Testa, Daniel Calazans Pierri, Igor Scaramuzzi e Maria Inês Ladeira		
Redator	Rafael Fernandes Mendes Júnior e Adriana Queiroz Testa	Data	20/02/2011
Responsável pelo inventário	Centro de Trabalho Indigenista		